

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2023.r4a10>

Recebido em: 15/05/2023

Aceito em: 12/06/2023

CURRÍCULO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

INTEGRATED CURRICULUM IN PROFESSIONAL EDUCATION

Lúcia Xavier Gonçalves

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8037-8040>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3137193439046559>

Mestre em Educação

Faculdade Metropolitana Norte Riograndense - Famen, Brasil

E-mail: lucia.x.goncalves@gmail.com

Dante Henrique Moura

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8457-7461>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1720357515433453>

Doutor em Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: dantemoura2014@gmail.com

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6857-7947>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5187018279016366>

Pós-doutora em Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br

RESUMO

Nos anos de 1990 à primeira década dos anos 2000, a educação profissional pautou-se fundamentalmente na hegemonia capitalista, globalização, acumulação flexível, reorganização das bases produtivas, bem como a diminuição da intervenção do Estado na economia, condições para a manutenção dos princípios neoliberais. Neste ensaio abordamos alguns fundamentos sobre a concepção de ensino médio integrado à educação profissional e o currículo em um contexto neoliberal que de um lado reproduz a estrutura do conhecimento e do outro lado, os interesses sociais e econômicos. Neste contexto indagamos sobre a possibilidade de uma formação crítica dos sujeitos, capazes de compreender a realidade onde se produz sua vida. Para este estudo de natureza qualitativa, buscou-se trabalhar com revisão bibliográfica com autores que refletem sobre educação profissional na última etapa da educação básica na direção da educação politécnica.

Palavras-chave: Educação profissional. Currículo integrado. Ensino médio integrado.

ABSTRACT

From the 1990s to the first decade of the 2000s, professional education was fundamentally based on capitalist hegemony, globalization, flexible accumulation, reorganization of the productive bases, as well as the reduction of State intervention in the economy, conditions for the maintenance of neoliberal principles. In this essay we address some fundamentals about the conception of secondary education integrated with professional education and the curriculum in a neoliberal context that, on the one hand, reproduces the structure of knowledge and, on the other hand, social and economic interests. In this context, we inquire about the possibility of a critical formation of the subjects, capable of understanding the reality where their life takes place. For this qualitative study, we sought to work with a bibliographical review with authors who reflect on professional education in the last stage of basic education towards polytechnic education.

Keywords: Professional education. Integrated curriculum. Integrated high school.

1 INTRODUÇÃO

O caminho do pensamento, segundo Minayo (2010) é a prática exercida para abordar a realidade, nesse sentido quando se traz um assunto a metodologia ocupa a centralidade no interior das teorias, articulando conteúdos, pensamentos e existências.

Neste ensaio a metodologia possibilita a construção da realidade para que não se caia no empirismo ou especulações abstratas. Nas ciências sociais, as aspirações, crenças, atitudes e valores correspondem a um profundo espaço de relações, dos fenômenos e dos processos e a pesquisa qualitativa responde, enfoca níveis da realidade que não pode ser quantificado, trabalha com um universo de múltiplos significados (MINAYO, 2010).

O trabalho é a primeira mediação do ser humano com a realidade social e material, se constitui também como prática econômica por garantir a existência dos sujeitos, satisfazendo as necessidades e produzindo riquezas. A humanidade se desenvolveu em torno do trabalho, construiu sua existência, produziu e reproduziu conhecimento tendo o trabalho como princípio educativo. Ao descobrir algo novo, produzia conhecimento, o tempo todo, todos os dias, tratou-se do conhecimento relacionado ao cotidiano, o conhecimento útil, do senso comum, construído ao longo da vida e raramente codificado.

O aprendizado é histórico e caminha com a humanidade ao longo do tempo, vai se tornando cada vez mais complexo e diferenciado em um composto de miríade de formas na medida que as sociedades avançam e se desenvolvem. O conhecimento produzido pela humanidade vai respondendo as necessidades de cada época e na transição histórica o conhecimento do cotidiano deixa de ser suficiente. Na sociedade moderna, para existir e

produzir a vida humana, com suas necessidades mais complexas, são necessárias outras formas para que o conhecimento possa ser compartilhado e a escola emerge neste contexto como a instituição que irá armazenar, organizar e disponibilizar o conhecimento especializado produzido pela humanidade, aplicado na forma “ensinável” e “aprendível” pelos sujeitos, em diferentes idades e etapas da vida (YOUNG, 2014).

No mundo do trabalho não foi diferente, o trabalho como propulsor do desenvolvimento da humanidade, teve o conhecimento produzido com a participação de toda uma cultura profissional na forma de aprendizagem em “comunidades práticas”. Ramos (2008) destaca que a concepção de trabalho esta associada a concepção de ciência, ou seja, do conhecimento que foi legitimado e produzido socialmente, como um resultado de um processo empreendido pela humanidade ao longo da história.

Nesse sentido, Ramos (2008) explica que a objetividade, os conceitos e métodos da ciência que permitem a transmissão do conhecimento para diferentes gerações e assim construir novos conhecimentos por meio dos questionamentos e superação em movimento permanente. Para o trabalho e na formação profissional, o conhecimento científico adquire um sentido de força produtiva, para o trabalhador se traduz em procedimentos e técnicas a partir da compreensão das bases e conceitos científicos.

No sentido histórico do trabalho, quando a sistema capitalista transforma o trabalho em trabalho assalariado, a finalidade da formação expressa as exigências específicas desse processo visando a participação dos sujeitos em trabalho socialmente produtivo. Com este sentido também se organiza o base do currículo, uma formação específica reconhecida socialmente para o exercício profissional, o trabalho se configura como um contexto de formação (RAMOS, 2008).

Ainda segundo a autora, diferentes formas de criação da sociedade, embasa a concepção de cultura entre formação geral e formação específica, em seu movimento histórico traz as marcas das razões que motivam o avanço do conhecimento numa sociedade. Nenhum conhecimento é só geral ou específico por não poder ser formulado e compreendido desarticulado de outros conhecimentos. No currículo integrado a formação geral e específica se integram para a formação e exercício profissional. Um conceito específico não será abordado de forma técnica e instrumental, mas, no sentido de compreensão como se dá a construção histórico cultural das ciências com a finalidade produtiva. O currículo exige que os

conhecimentos sejam selecionados e organizados com componentes curriculares, disciplinas, módulos etc. visando possibilitar maior aproximação do real, ao expressar as relações que fundamentam e definem a realidade. A possibilidade de conhecer a parte, identificar os fatos depõe mais sobre o sentido real dos fatos (RAMOS, 2008).

O currículo integrado organiza e desenvolve o conhecimento de forma que a aprendizagem seja por meio de conceitos compreendidos em um sistema de relações e o trabalho pedagógico deve estabelecer as relações dinâmicas entre os conceitos, construindo e reconstruindo relações. A interdisciplinaridade por sua vez, como método, reconstrói a totalidade entre os conceitos a partir de diferentes recortes da realidade, ou seja, diversas ciências representadas em disciplinas. Tal questão tem como objetivo possibilitar a compreensão dos conceitos, razões e métodos para conhecer o real e apropriá-lo em potencial para a humanidade.

a dimensão da cultura técnica, de uma determinada profissão, é aberta e conectável a outros planos da cultura. Pensar na dimensão cultural da técnica e do trabalho e pensar na união da formação técnica e formação humana, formação prática e formação intelectual. A inserção do sujeito na cultura do trabalho, representa uma exposição contextualizada e significativa dos tantos desafios da cidadania (ALLAIN; WOLLINGER, 2019).

Allain e Wollinger (2019) destacam que a formação para o trabalho, do ponto de vista pedagógico, permite o diálogo entre os saberes técnico-profissionais e as demais ciências que podem assumir diversas formas, estratégias de ensino e avaliação na busca de desenvolver competências do saber-fazer. Desenvolver a capacidade de realizar uma atividade com qualidade satisfatória, não apenas por finalizar uma obra, mas de expressar os requisitos nela contidos, ir além da atividade, compreender o impacto de sua implementação. A atividade laboral não se resume apenas as tarefas a serem executadas e sim, a todo o conjunto de saberes envolvidos na atividade profissional em sua relação com o mundo do trabalho. Moura, Garcia e Ramos (2007) destacam que o trabalho como princípio educativo é a indissociabilidade entre ciência, trabalho, tecnologia e cultura, não significa, portanto, “aprender fazendo” é nem é o mesmo de formar para o exercício do trabalho.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CURRÍCULO INTEGRADO E DOS INTERESSES EXCLUSIVOS DO CAPITAL

O neoliberalismo, a globalização e tecnologia e o regime da acumulação flexível impactaram o contexto das políticas públicas de educação e formação para o trabalho.

No regime de acumulação flexível, segundo Kuenzer (2008), as competências articulavam-se com as cadeias produtivas diferenciadas, algo diferente do que ocorria no taylorismo/fordismo quando as competências eram mais estáveis e previamente definidas. Na acumulação flexível, as combinações são definidas e redefinidas de acordo com estratégias de contratação e subcontratação, mobilizadas para atender as necessidades do mercado e assegurar a lucratividade e competitividade do capital. O impacto para a força de trabalho é o seu consumo que ora inclui, ora exclui os trabalhadores e as trabalhadoras com diferentes qualificações, por meio de uma rede de contratação e subcontratação em diferentes estratégias de extração de mais-valia.

Uma importante questão que assola, principalmente as camadas mais empobrecidas, com pouco ou quase nenhum acesso a qualificação para a trabalho no regime de acumulação flexível é: quem seria então um(a) profissional qualificado(a)? Para Kuenzer (2008, p. 494):

A priori, não há como afirmar que certo trabalhador é ou não qualificado, uma vez que isso se define a partir de sua inclusão na cadeia; ou seja, a dimensão de relação social da qualificação se superlativiza na acumulação flexível, que avança na centralização do trabalho abstrato. Dessa forma, trabalhadores qualificados que estão incluídos em um determinado arranjo poderão não estar em outros, ou os que são qualificados para certos elos da cadeia não o serão necessariamente para outros; estar incluído a partir de uma dada qualificação não assegura que não esteja excluído em outros momentos e vice-versa, dependendo das necessidades do sistema produtivo. O que determina a inclusão na cadeia, portanto, não é a presença ou a ausência de qualificação, mas as demandas do processo produtivo que combinam diferentes necessidades de ocupação da força de trabalho, a partir da tarefa necessária à realização da mercadoria.

Dada a educação profissional que ora incluem e a depender da velocidade de mudança nas demandas do mercado produtivo, ora exclui, assim sendo, a escola como ser produtora da força de trabalho, para atender as necessidades do mercado capitalista, fundamentado no saber. Contudo, a de perguntar qual saber? Exclusivamente o que habilita os sujeitos à sua força de

trabalho como mercadoria e sua produção racionalizada? Os sistemas educativos, as reformas fundadas na competitividade visavam atender as exigências do sistema produtivo e tão exclusivamente da chamada “competência profissional”? Ou uma forma de ensino integrado que contempla aspectos que permitem o desenvolvimento de sujeitos críticos e autônomos. Um ensino sob vários aspectos da formação que se interrelacionam, proporcionando uma formação humana e integral?

Para Kuenzer (2008), o caráter flexível não versa sobre uma questão de qualificação previa, a força de trabalho inclui todas as competências do sujeito, sejam as anteriormente desenvolvidas, a capacidade de se adaptar, a capacidade de aprender e submeter-se ao novo tanto quanto a capacidade de lidar com ambiente dinâmico, instável e fluído. Para Moura, Garcia e Ramos (2007), formar para o trabalho não é preparar exclusivamente para atuar profissionalmente, antes perpassa pela incorporação de valores éticos, conteúdos científicos e históricos sob as perspectivas de integração entre trabalho, ciência e cultura, primeiro fundamento da educação como prática social.

Para isto se faz necessária a construção do projeto unitário de ensino médio, tendo o trabalho como princípio educativo proporcionado pela compreensão do processo histórico de produção tecnológica e científica. A ampliação da capacidade e potencialidades humanas, compreensão da realidade. Nisto se assenta a integração entre ensino médio e a educação profissional, garantindo a formação geral e a possibilidade de formação específica (MOURA; GARCIA; RAMOS, 2007).

Para o ensino médio integrado são várias as possibilidades, tendo como ponte de partida a organização do currículo.

Para que os jovens tenham uma formação que garanta o direito à educação básica, enquanto possibilita o exercício profissional, equivale a indissociabilidade entre educação profissional e a educação básica. A educação profissional sem os fundamentos da educação básica, seria somente cursos de treinamento, desenvolvimento de habilidades procedimentais, a forma integrada decorre do compromisso com a necessidade de jovens e adultos terem formação profissional mediado pelo conhecimento científico que potencialize a transformação estrutural da realidade, que contenha elementos de uma sociedade justa (RAMOS, 2008).

Moura (2012) considera que o ponto de partida para ratificar a educação profissional com a educação básica exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos se

construam de forma contínua no processo de formação, sob o eixo do trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Algo diferente de se concentrar em conteúdos vinculados à educação geral para posteriormente proporcionar os componentes curriculares da formação técnica. Para adotar esse pensamento implica a necessidade de superar a dicotomia entre as disciplinas de formação geral e as disciplinadas da formação profissional.

Os componentes curriculares podem ser organizados de modo a contribuir para uma concepção em que os conhecimentos se comunicam, uma conexão entre as ciências, uma aprendizagem baseada em problemas, projetos complexos e investigação. Essas metodologias buscam romper com a centralidade das disciplinas em uma direção mais globalizadora que abarque a complexidade das relações existentes entre os ramos da ciência e a realidade do mundo. Essa forma de organizar o currículo contribui para incorporar o trabalho como princípio educativo e fortalece os demais elementos o eixo estruturante da última etapa da educação básica (MOURA, 2012).

Contudo, o currículo quando expressa a ideologia de grupos e classes em vantagens de poder, como representação dos seus interesses. O currículo educacional analisado dentro da sua constituição histórica e social não se faz de maneira inocente, representa interesses que se materializam em como o conhecimento é organizado, na forma curricular, e transmitido. (MOREIRA; SILVA, 1994).

A ideologia é essencial na luta dos grupos dominantes pela manutenção das vantagens que advém da sua posição privilegiada, como um sistema ordenado de representações ou ideias de normas ou regras desvinculado e independente das condições materiais. Uma forma de controle e repressão, evocando entidades totalizadoras, representação da classe dominantes, para reger o mundo. Assim, as ideias construídas pelo ser humano deixam se ser representações para serem assumidas como verdades absolutas.

Essa transmissão diferencial seria garantida pelos sujeitos nos sistemas de ensino ao saírem em distintos pontos da carreira escolar correspondente as diferentes classes sociais. Inúmeros estudos empíricos sobre o funcionamento da escola e da sala de aula ajudam na compreensão do papel da ideologia no processo educacional que aproveita de materiais preexistentes na cultura e na sociedade, facilitando seu efeito por contar com o consentimento dos envolvidos.

A educação constitui um dos principais dispositivos que a classe dominante transmite suas ideias sobre o mundo e garante a reprodução da estrutura social existente, uma visão de mundo apropriado aos que estão destinados a dominar e outra visão destinada às posições sociais subordinadas. Portanto, não se pode separar ideologia do currículo, não se pode também separar a cultura e o currículo. A cultura é o terreno em que acontecem enfrentamentos, ideias conflitantes de vida social e o currículo é um terreno de produção de política cultural, criação, recriação e transgressão. Na concepção crítica, não existe ‘uma’ cultura da sociedade, unitária, homogênea, universalmente praticada e aceita, digna de ser transmitidas às futuras gerações. E está longe de se esgotar o potencial político e analítico do conceito de ideologia, cultura e poder, que continuam sendo centrais na teorização crítica educacional (MOREIRA; SILVA, 1994).

Nesta perspectiva a ênfase no currículo pode ser uma via que reproduz ou rompe com a estrutura hegemônica. Entretanto, as políticas que definem o currículo, para a educação brasileira, vêm se delineando e sendo implementadas desde a década de 1990, com as marcas do neoliberalismo que figura na educação, cultura e principalmente na economia.

A partir dos anos 1990 intensifica-se a preocupação com a educação profissional na última etapa da educação básica dada a necessidade de adequação com o sistema produtivo que passava por inovação. A indústria da informação, fundamento essencial da globalização e acumulação flexível, se baseava no saber transferível, o saber assumia a centralidade do processo produtivo. A inovação contribuía para mudanças mais rápidas no processo exigindo novos conhecimentos para atender à necessidade imediata aliada à retração de consumo em determinadas épocas, a absorção da força de trabalho era sazonal bem como o conhecimento. Disto resultava, no decorrer da recessão, a oferta de uma formação profissional aligeirada e em sintonia exclusivamente com as necessidades do mercado com ampliação da oferta privada e os cursos de formação profissional cada vez mais distanciados da formação integrada e se intensificando em oferta diversificada: concomitante, integrado e subsequente.

A lógica para as mudanças nas políticas de formação profissional esteve, segundo Aguiar Junior (2012), no mercado de trabalho, a educação prepararia os jovens e adultos para atenderem os interesses da economia capitalista seguindo as recomendações dos organismos internacionais, como o Banco Mundial. Possibilitar e intensificar a separação da educação básica com a educação profissional, nas formas subsequente e concomitante atende uma compreensão utilitarista, o ensino técnico e o ensino médio não concebidos e percebidos como

elementos do mesmo processo de formação. Percebe-se implícito a concepção da existência de duas formações, uma que atenda o mercado de trabalho e outra que possibilite a continuidade dos estudos em nível superior (AGUIAR JUNIOR, 2012). Outro fator para a separação e conseqüentemente oferta diversificada está em afastar os recursos públicos no sentido de ampliar a oferta pública de qualidade e se aproximava mais do financiamento privado com recursos públicos.

O interesse em ampliar a oferta com a possibilidades de cursos concomitantes, integrado e subseqüente esteve no interesse facilitar a privatização da educação profissional. Da década de 1990 a primeira década dos anos 2000 não houve diferença quanto ao repasse, do Estado, de parte de suas funções para a sociedade civil, por meio da parceria entre setor público e privado. O discurso da parceria entre o Estado e a sociedade civil se fortalecia, pautado na ideia da maior eficácia da iniciativa privada em detrimento do setor público e, a capacidade de acesso, das instituições privadas, a lugares que o poder público não chegava, principalmente para atender a parcela mais vulnerável da população brasileira.

A privatização ia de encontro aos anseios do mercado em explorar o nicho de formação profissional, quanto na oferta de força de trabalho qualificada, na especificidade das necessidades do setor produtivo, sem ‘desperdiçar’ os recursos públicos. O ensino médio, técnico e superior deveriam ser privatizados de acordo com os interesses que estariam sendo atendidos. As políticas públicas educacionais repercutiam o embate de interesses, deixando como secundário o objetivo de desenvolvimento social (AGUIAR JUNIOR, 2012).

Nos casos das políticas para a educação profissional, a descentralização e a privatização reduziram os ‘custos’ do Estado com as escolas ao mesmo tempo que atenderiam interesses do mercado. Neste contexto o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial preconizavam para a educação, nos países que buscavam o desenvolvimento sustentável, que reduzissem os gastos com a educação, pelo menos em alguns anos, para que se desenvolvessem suficientemente para novas rendas suplementares do governo (AGUIAR JUNIOR, 2012).

Para redução dos gastos públicos com a educação foi proposto um conceito de qualidade total, preconizado pela racionalização dos processos produtivos, diminuição do desperdício na produção da força de trabalho. Nessa lógica, os investimentos e os possíveis retornos, são calculados e projetados como ocorre nas empresas. As questões relativas à educação passam a ser vistas pela perspectiva da eficácia, eliminação dos problemas gerados pela má gestão e

desperdício de recursos pelo poder público. O Estado não deveria se envolver nos assuntos do mercado, deveria reduzir suas funções, mas, garantir o acesso do maior número de pessoas à educação básica, criar condições atrativas para o desenvolvimento econômico e assim atrair investimentos internacionais. Com este sentido a educação profissional evidencia o caráter estratégico do neoliberalismo, para atender os interesses do livre mercado, da livre iniciativa e diminuir os custos do Estado. Um cenário que se estabelece para as políticas públicas de educação profissional do Brasil definitivamente moldado pelo neoliberalismo e a globalização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional integrada à última etapa da educação básica pauta-se nas necessidades de qualificação profissional de jovens e adultos, principalmente das camadas mais pobres, no limite necessário para que possam atuar profissionalmente e continuar progredindo. Ou seja, o sentido de integração do ensino médio com a educação profissional é antes, porém, o reconhecimento da forma singular de direito ao trabalho e a necessidade de profissionalização dos jovens.

Quando a educação profissional acontece de forma integrada com a educação básica, os conhecimentos científicos proporcionados pelo ensino propedêutico são incorporados à formação técnica de acordo com as demandas do setor produtivo. O que deve ser ensinado e aprendido é transmutado no currículo escolar que inclui a produção de identidades sociais e individuais.

Ainda há muito a aprender e compreender sobre as formas pelas quais o conhecimento é transmutado no currículo escolar, produz identidades sociais e individuais no interior das instituições educacionais. E o trabalho como princípio educativo, na última etapa da educação básica, de preferência integrado, representa para a juventude uma possibilidade de inserção econômica.

A escola e a educação profissional, integradas, atuam como mediadoras na construção de um projeto de vida e busca da autonomia para os jovens da classe trabalhadora. Uma parcela da população que não pode esperar o curso superior para ingressar no mercado de trabalho, posto que a profissionalização de jovens brasileiros(as) é tanto uma necessidade quanto uma possibilidade para enfrentarem as adversidades econômicas pela profissionalização em uma

área. No campo do saber torna-se fundamental para o desenvolvimento dos jovens na perspectiva de transformação da realidade social que está inserido.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR JUNIOR, A. C. **A Educação Profissional e o Currículo Integrado no Ensino Médio do IFMA: avaliação, percepções e desafios**. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2012. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/49>. Acesso em: 21 out. 2022.
- ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Conceitos Fundamentais da EPT**. 2019. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/ava/academico/mod/book/tool/print/index.php?id=252197>. Acesso em: 21 out. 2022.
- KUENZER, A. Z. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- KUENZER, A. Z. Reforma da Educação Profissional ou ajuste ao Regime de Acumulação Flexível? **Revista Trab. Educ. Saúde**, v. 5, n. 3, p. 491-508, nov. 2007/fev. 2008.
- MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MOURA, D. H.; GARCIA, S. R. de O.; RAMOS, M. N. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: Documento Base**. Ministério da Educação: Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 21 out. 2022
- MOURA, D. H. A organização Curricular do Ensino Médio Integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista LABOR**, v.1, n. 7, p. 1-19, mar. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6702>. Acesso em: 21 out. 2022.
- RAMOS, M. N. Currículo Integrado. *In*: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p. 114 – 118.
- RAMOS, M. N. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

YOUNG, M. Teoria do Currículo: o que é e por que é importante. 2014. **Caderno de Pesquisa**, v. 44, n. 151, p. 190-202, jan./mar 2014. Disponível em: [https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article /view/2707/2659](https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2707/2659). Acesso em: 21 out. 2022.